

Copyright © by Maria José Carneiro, Renato S. Maluf et alii, 2003

Direitos desta edição reservados à

MAUAD Editora Ltda.

Av. Treze de Maio, 13, Grupo 507 a 509 — Centro

CEP: 20031-007 — Rio de Janeiro — RJ

Tel.: (21) 2533.7422 — Fax: (21) 2220.4451

www.mauad.com.br

Projeto Gráfico:

Núcleo de Arte/Mauad Editora

Fotos da Capa:

Letícia Grabois e Maria José Carneiro

Revisão:

Isabel Newlands

Tradução do texto de Jacques Rémy:

Ana Carneiro Cerqueira

Tradução dos textos de Philippe Bonal e Jean-Louis Fusillier; Bernard Roux e Estelle Fournel:

Gustavo Valente Serra

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Para além da produção : multifuncionalidade e agricultura familiar / Maria José Carneiro e Renato S. Maluf, organizadores. — Rio de Janeiro : MAUAD, 2003.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 85-7478-113-4

1. Agricultura e Estado 2. Agricultura familiar 3. Desenvolvimento sustentável
I. Carneiro, Maria José. II. Maluf, Renato S. III. Título: Multifuncionalidade e agricultura familiar.

03-6457

CDD — 338.18

Índices para catálogo sistemático:

1. Multifuncionalidade e agricultura familiar : Políticas agrícolas : Economia 338.18

SUMÁRIO

Sobre os Autores.....	7
Prefácio	
Maria Nazareth Baudel Wanderley.....	9
Introdução	
Maria José Carneiro e Renato S. Maluf.....	17
A multifuncionalidade agrícola numa zona rural “desfavorecida”: um estudo de caso na região serrana catarinense	
Ademir Antonio Cazella.....	28
Conversão à agricultura orgânica e multifuncionalidade: o caso das Encostas da Serra Geral (SC)	
Wilson Schmidt.....	44
Multifuncionalidade da agricultura em áreas de assentamentos rurais: o caso de Abelardo Luz (SC)	
Joel Henrique Cardoso, Georges Flexor e Renato S. Maluf.....	60
A terra, a natureza e as regras: a multifuncionalidade da agricultura em Paraty	
Georges Flexor e Margarita Gaviria.....	74
Agricultura, meio ambiente e turismo: desafios para uma agricultura multifuncional (Nova Friburgo, RJ)	
Maria José Carneiro.....	88
Multifuncionalidade e agricultura camponesa nos cerrados piauienses: desafios para sustentabilidade	
Diane Moraes e Sergio Vilela.....	104

Copyright © by Maria José Carneiro, Renato S. Maluf et alii, 2003

Direitos desta edição reservados à

MAUAD Editora Ltda.

Av. Treze de Maio, 13, Grupo 507 a 509 — Centro

CEP: 20031-007 — Rio de Janeiro — RJ

Tel.: (21) 2533.7422 — Fax: (21) 2220.4451

www.mauad.com.br

Projeto Gráfico:

Núcleo de Arte/Mauad Editora

Fotos da Capa:

Letícia Grabois e Maria José Carneiro

Revisão:

Isabel Newlands

Tradução do texto de Jacques Rémy:

Ana Carneiro Cerqueira

Tradução dos textos de Philippe Bonal e Jean-Louis Fusillier; Bernard Roux e Estelle Fournel:

Gustavo Valente Serra

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Para além da produção : multifuncionalidade e agricultura familiar / Maria José Carneiro e Renato S. Maluf, organizadores. — Rio de Janeiro : MAUAD, 2003.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 85-7478-113-4

1. Agricultura e Estado 2. Agricultura familiar 3. Desenvolvimento sustentável
I. Carneiro, Maria José. II. Maluf, Renato S. III. Título: Multifuncionalidade e agricultura familiar.

03-6457

CDD — 338.18

Índices para catálogo sistemático:

1. Multifuncionalidade e agricultura familiar : Políticas agrícolas : Economia 338.18

SUMÁRIO

Sobre os Autores.....	7
Prefácio	
Maria Nazareth Baudel Wanderley.....	9
Introdução	
Maria José Carneiro e Renato S. Maluf.....	17
A multifuncionalidade agrícola numa zona rural “desfavorecida”: um estudo de caso na região serrana catarinense	
Ademir Antonio Cazella.....	28
Conversão à agricultura orgânica e multifuncionalidade: o caso das Encostas da Serra Geral (SC)	
Wilson Schmidt.....	44
Multifuncionalidade da agricultura em áreas de assentamentos rurais: o caso de Abelardo Luz (SC)	
Joel Henrique Cardoso, Georges Flexor e Renato S. Maluf.....	60
A terra, a natureza e as regras: a multifuncionalidade da agricultura em Paraty	
Georges Flexor e Margarita Gaviria.....	74
Agricultura, meio ambiente e turismo: desafios para uma agricultura multifuncional (Nova Friburgo, RJ)	
Maria José Carneiro.....	88
Multifuncionalidade e agricultura camponesa nos cerrados piauienses: desafios para sustentabilidade	
Thiane Moraes e Sergio Vilela.....	104

tempo, de buscar as soluções, porque são resultados de relações sociais específicas. Deste modo, o resultado a ser produzido pode dar ao pesquisador interventor, preocupado com os aspectos ambientais, as condições de um diálogo democrático com os agentes sociais em questão, orientado para a solução dos problemas selecionados. Fora disso, a pesquisa estará sempre informando políticas autoritárias e de resultados duvidosos (Silveira, 1996).

Já o conjunto de alternativas agroecológicas, visando a intervenção participativa nas áreas de agricultura familiar, deve ser definido com base na constituição de um espaço de desenvolvimento técnico para a formação socioambiental e aperfeiçoamento profissional dos agricultores.

A agroecologia surge no Brasil nos estados do Sul como uma tentativa de reorientação tecnológica para permitir o fortalecimento dos agricultores ante as dificuldades econômicas geradas pelo processo de "modernização conservadora" (Petersen & Weid, 1999).

A agricultura familiar tem grande potencial para a agroecologia, não somente no âmbito específico do sistema de produção em si, mas no domínio dos seus atributos culturais amplos. De um lado, o domínio do uso de insumos e técnicas e, de outro, os conhecimentos tradicionais de gestão que ultrapassam o cultivo e se orientam a toda a propriedade, com suas inter-relações e complementaridades, constituem um patrimônio cultural ainda restante após a modernização dos sistemas agrícolas (Canuto et al., 1994).

As atividades de intervenção são priorizadas de acordo com as condições estabelecidas pelos próprios agricultores e acontecem com base em um processo iterativo. A partir da dinâmica fixada, a equipe de técnicos passa a ter encontros periódicos com o propósito de desenvolver estudos teóricos e práticos para a realização da empreitada; oferecer cursos e oficinas para a capacitação dos agricultores e aperfeiçoamento técnico dos sistemas de produção. Esse aspecto do trabalho tem a pretensão de gerar, simultaneamente, um processo de conscientização e de emancipação do grupo. A intervenção é executada pela própria comunidade que não fica na dependência de pesquisadores e técnicos. Estes, por seu turno, colaboram na medida das necessidades.

A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA NA REALIDADE RURAL BRASILEIRA

Renato S. Maluf

Este artigo analisa as possibilidades oferecidas pela noção de multifuncionalidade da agricultura em face das peculiaridades da realidade rural brasileira, valendo-se das contribuições aportadas pelos estudos de caso do projeto que deu origem à presente coletânea¹. Pelas razões apontadas na Introdução da coletânea, a apropriação da noção requer, de início, verificar como se expressa a dimensão multifuncional da agricultura familiar em diferentes regiões do país, sendo este o foco principal do artigo. Indicações preliminares serão feitas quanto à contribuição dessa noção para o processo de reconhecimento e legitimação da agricultura familiar no Brasil.

A equipe do projeto identificou três níveis de análise requeridos pelo enfoque da multifuncionalidade da agricultura – as famílias rurais, o território e a sociedade². A pesquisa realizada com famílias rurais de regiões bastante diversas do país permitiu uma rica observação das circunstâncias que afetam o desempenho das múltiplas "funções" atribuídas à agricultura, desde a ótica das dinâmicas de reprodução dessas famílias. Contudo, como ressaltado pelo enfoque da multifuncionalidade e vários outros, essas dinâmicas são localizadas no sentido de estarem inseridas em determinados territórios, ao mesmo tempo em que contribuem para a configuração dos mesmos. A incorporação da dimensão do território demandaria investigar, adicionalmente, a percepção sobre as referidas "funções" e a correspondente atuação dos atores e redes sociais relevantes na construção social dos respectivos territórios. Finalmente, tem-se o nível da sociedade cuja apreensão se faz, sobretudo, através da análise das políticas públicas dirigidas para este segmento, objetivando verificar em que medida elas reconhecem e conferem legitimidade à multifuncionalidade da agricultura familiar.

Uma formulação com profundas raízes na experiência europeia não pode ser transposta mecanicamente para a realidade brasileira, entre outras, em razão do papel central atribuído pela noção de multifuncionalidade da

agricultura à atividade agrícola, em especial à produção agroalimentar na conformação do rural e na reprodução das famílias rurais. Observa-se, na Europa, uma espécie de "retorno" do produtivismo na direção de privilegiar a sustentabilidade ambiental e a qualidade dos alimentos produzidos, com base no que alguns denominam de "modelo agrícola europeu". No Brasil, apesar dos sucessivos recortes da produção agrícola e do elevado grau de complexidade do sistema agroalimentar nacional, não se pode afirmar que esteja equacionada a questão da produção agroalimentar. Mais além da disponibilidade física de bens, é preciso levar em conta os aspectos socioeconômicos, culturais, espaciais e ambientais envolvidos na produção agroalimentar, no contexto de elevada heterogeneidade e desigualdade social que caracteriza o mundo rural no Brasil.

Isso é tão mais importante quando se considera que o enfoque da multifuncionalidade da agricultura abrange todas as famílias rurais, formando um universo bastante diverso que inclui aquelas famílias que praticam a atividade agrícola em condições precárias e para as quais ela é uma fonte secundária de trabalho e, principalmente, de renda. Estas últimas constituem um contingente numeroso e significativo no Brasil. Ao adotarem este procedimento, os estudos de caso aqui considerados atendem a um dos objetivos do referido enfoque que é ampliar a noção de agricultor para além dos critérios econômicos e produtivos estritos que caracterizariam o chamado "verdadeiro agricultor". Viu-se que a noção de multifuncionalidade da agricultura surgiu, justamente, para chamar a atenção para outras funções além da "função primária" de produzir bens (alimentos e fibras), convencionalmente atribuída à agricultura.

A essas observações de ordem geral, acrescente-se que a reprodução econômica das famílias rurais, nas condições brasileiras, não guarda uma relação linear com a atividade agrícola desenvolvida por essas famílias, pois a maioria delas obteve incrementos de renda por outras fontes que não sua produção agrícola mercantil. Essa talvez seja a constatação mais geral da pesquisa em questão. Embora não constitua uma novidade, será visto aqui que tal característica coloca desafios específicos para a correlação entre a atividade agrícola e a promoção das demais funções da agricultura que se pretende valorizar.

Entre as múltiplas funções atribuídas à agricultura, a equipe de pesquisa colocou ênfase em quatro expressões da multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira, a saber: a) reprodução socioeconômica das famílias rurais; b) promoção da segurança alimentar das próprias fami-

lias rurais e da sociedade; c) manutenção do tecido social e cultural; d) preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

As quatro funções não se manifestam, igualmente, nos diferentes contextos socioespaciais ou territórios. A forma de manifestação de cada uma delas reflete aspectos particulares a cada contexto, assim como os territórios diferenciam-se quanto à presença simultânea de várias funções e à articulação que se estabelece entre elas. De todo modo, as quatro funções antes referidas constituem a principal referência para a avaliação da multifuncionalidade da agricultura nos estudos de caso e nas observações feitas a seguir.

Reprodução socioeconômica das famílias rurais

Esta função diz respeito à geração de trabalho e renda que permita às famílias rurais manterem-se no campo em condições dignas, função proeminente num contexto de elevado desemprego e de renda real constante ou declinante para amplos segmentos da população. A agricultura continua a desempenhar papel central na reprodução econômica e social das famílias rurais no Brasil, apesar de que, para a maioria delas, sua contribuição menos importante venha sendo a renda monetária obtida por essas famílias com a produção agrícola própria. Para desenvolver este argumento, é preciso dobrar a menção à "agricultura" em duas dimensões. Uma delas é a "agricultura em geral", formada pelo conjunto das atividades agrícolas, pecuárias e extrativas realizadas num território, às quais está interligado um conjunto diverso de outras atividades (processamento e transporte de produtos, serviços etc). A segunda dimensão, mais restrita, é a atividade agrícola própria das famílias rurais, por sua vez, com dois componentes, o mercantil e o autoconsumo. Nestes termos, enquanto se reduz a contribuição da produção agrícola mercantil para a reprodução econômica das famílias rurais, mantém-se a importância da produção para o autoconsumo familiar, bem como a da 'agricultura em geral' como geradora de ocupação e um dos determinantes da dinâmica territorial.

O peso decrescente da renda oriunda de atividade agrícola própria na composição da renda monetária das famílias rurais deve-se a dois fatores principais. Primeiro, a tendência de queda dos preços reais dos produtos agrícolas e a consequente redução da renda agrícola, um fenômeno mais geral, que no Brasil foi acentuado, na última década, pelo papel da contenção dos preços agrícolas na política antiinflacionária – a chamada "âncora verde" do Plano Real. Segundo, a ausência de condições para que as famílias

aperfeiçoem o processo produtivo e agreguem valor aos produtos agrícolas, devido a insuficiências relacionadas com disponibilidade de área, suporte técnico-comercial e recursos financeiros.

As características antes mencionadas estão bastante presentes nas áreas pesquisadas, sendo poucos os casos que se enquadrariam na condição de agricultura familiar "bem sucedida", no sentido de as famílias auferirem uma renda monetária da atividade agrícola significativa a ponto de colocarem esta atividade no centro da estratégia de reprodução econômica da unidade familiar rural. A composição do universo pesquisado não autoriza generalizações; no entanto, a constatação de que é decrescente o peso econômico da atividade agrícola própria na reprodução de um grande número das famílias rurais brasileiras não está em desacordo com a maioria das análises sobre a realidade rural no Brasil.

Ainda mais importante, as informações obtidas na pesquisa de campo praticamente permitem estabelecer uma correlação inversa entre o nível de renda monetária das famílias rurais pesquisadas e o peso econômico da sua produção agrícola mercantil, mesmo considerando a precariedade das informações sobre renda monetária neste tipo de levantamento. Vale dizer, quanto mais elevado o nível de renda familiar, menor a participação relativa dos ingressos monetários provenientes dessa última atividade. Essa correlação confirma o que outras pesquisas já haviam indicado quanto à importância da pluriatividade na estratégia de elevação da renda monetária das famílias rurais (Carneiro, 1998; Schneider, 2003; Silva, 1999).

Como se sabe, a estratégia de obtenção de renda monetária pelas famílias rurais caracteriza-se pelo recurso sistemático às atividades não agrícolas no interior da unidade familiar e fora dela em ocupações tipicamente urbanas, mas também inclui o trabalho temporário em atividades agrícolas realizadas em estabelecimentos de terceiros. A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas insere a família rural em diferentes setores e amplia seu campo de atuação e de inserção social e econômica, associando o enfoque da pluriatividade, diretamente, ao da multifuncionalidade.

Retomando o argumento inicial, a atividade agrícola própria perdeu centralidade para a reprodução econômica (via inserção mercantil) de um grande contingente de famílias rurais, porém, mesmo nestes casos ela mantém papel relevante em vários aspectos da reprodução familiar. O acesso à terra e as atividades agrícolas nela desenvolvidas são elementos de garantia, entre outros, de habitação e alimentação analisada adiante. Além disso, mesmo reconhecendo o caráter pluriativo das famílias rurais, a importância

da "agricultura em geral" se revela nas raízes agrícolas das principais atividades rurais classificadas como não agrícolas (processamento agroindustrial e turismo rural), no trabalho agrícola temporário em outros estabelecimentos e nas várias implicações para a dinâmica econômica dos territórios. Igualmente importante aos aspectos econômicos mencionados, a condição de agricultor mantém-se como elemento essencial para a identidade e inserção social e para as formas de sociabilidade das famílias rurais. Os enfoques da pluriatividade e da multifuncionalidade permitem questionar as fronteiras entre os diferentes setores de atividade e de emprego, convertendo a noção de ruralidade em tema privilegiado³.

Se não há muita novidade no fenômeno aqui apontado, as questões por ele suscitadas diferenciam-se segundo o enfoque analítico adotado. Por exemplo, uma importante orientação para a política pública é saber sob que formas e em que medida o apoio às famílias rurais deveria fomentar a chamada agricultura familiar, nas atuais circunstâncias de perda de centralidade econômica da produção agrícola mercantil dessas famílias. Um olhar circunscrito à lógica de reprodução da unidade familiar rural, como no enfoque da pluriatividade, avaliaria a promoção da atividade agrícola, relativamente às demais atividades (rurais ou não), em função da sua contribuição para a reprodução econômica das famílias. Neste enfoque, a correlação observada levaria a não priorizar o fomento à produção agrícola, já que a agricultura não estaria incrementando a renda familiar.

A ótica da multifuncionalidade da agricultura, por sua vez, demandaria avaliar o desempenho das várias funções atribuídas à agricultura e sua dependência para com a atividade agrícola em si. Isto é, em que medida a preservação e a promoção de tais funções dependem de estimular a atividade agrícola própria das famílias rurais e, também, a "agricultura em geral". Assim, além da unidade familiar rural, o enfoque abrange o âmbito dos territórios em que estas unidades se localizam e também o âmbito da sociedade no qual se dá a formulação das políticas públicas. Nesses planos analíticos e de intervenção, passam a contar a forma de ocupação social do espaço agrário que se quer valorizar, bem como as já mencionadas dimensões social, ambiental e cultural da produção agrícola. Portanto, o enfoque da multifuncionalidade valorizaria o fomento à agricultura familiar, porém, através de uma abordagem multifacetada e de instrumentos diferenciados em relação às tradicionais políticas de crédito à produção.

Nas regiões Sudeste e Sul do país encontram-se os principais exemplos em que a agricultura se coloca como ponto de partida e componente

nuclear da estratégia de elevação da renda monetária das famílias rurais. No universo estudado, tem-se as famílias participantes da Agreco, em Santa Rosa de Lima (SC), sendo que o processo conduzido por esta associação aproxima-se do enfoque da multifuncionalidade ao trazer subjacentes as idéias de construção de território e de desempenho de múltiplas funções fortemente enraizadas na atividade agrícola que, por sua vez, fornece o suporte e as razões iniciais do referido processo. Um caso peculiar é o das famílias de assentados rurais de Abelardo Luz (SC), das quais apenas 20% exercem outra atividade que não a agrícola, característica comum entre os agricultores da região Oeste de Santa Catarina. Aqui, a multifuncionalidade da agricultura aparece com sentido mais literal, de um lado, porque a atividade agrícola está no centro da estratégia das famílias assentadas e, de outro lado, pela condição peculiar de serem assentamentos que fazem da agricultura o instrumento de ocupação de vazios demográficos e de incorporação de um novo elemento no tecido social preexistente na região. Em contraste com os anteriores, em Araras (SP) são encontradas famílias rurais cuja renda monetária proveniente da agricultura é relativamente elevada, porém, na maioria dos casos, reproduzindo o padrão regional de integração das unidades familiares à lógica da monocultura (cana-de-açúcar e laranja) comandada por grandes agentes econômicos. Neste caso, o enfoque da multifuncionalidade suscita questões ligadas à dimensão ambiental (uso dos recursos naturais) da atividade agrícola, ao aspecto paisagístico e, em menor grau, à preservação da herança cultural, analisadas adiante.

A questão passa a ser, portanto, combinar a elevação da renda monetária oriunda da atividade agrícola (uma agricultura "bem-sucedida") com a preservação ou a ampliação das múltiplas funções da agricultura (uma agricultura multifuncional). A mesma questão se coloca quando a atividade agrícola aparece como estratégia contra a exclusão social e de inserção no desenvolvimento territorial, como a busca por entrar no "negócio do cerrado" pelos agricultores dos *baixões* piauienses. Apesar da ênfase conferida às funções não produtivas associadas à agricultura, permanece a questão sobre o tipo de produção agrícola mais propício para a multifuncionalidade. Não é difícil admitir que a agricultura realizada em bases familiares seja mais propensa à multifuncionalidade, porém, quase sempre, as unidades familiares rurais precisam de estímulo e apoio para que façam surgir as múltiplas funções associadas à atividade agrícola, inclusive várias que compõem seus "saberes".

Entre os elementos envolvidos, mencione-se a composição da produção das unidades familiares, especialmente as opções selecionadas pelos

agricultores na direção da maior diversificação ou especialização produtiva, bem como as técnicas que lhes correspondem, ambos aspectos definidores do padrão de produção agrícola. Cabe destacar, no universo pesquisado, duas trajetórias contrastantes a respeito. No caso das Encostas Gerais (SC), a estratégia da associação de agregar valor aos produtos agrícolas parece estimular a especialização entre as unidades familiares, alternativa que, isoladamente, seria de maior risco para os agricultores e acarretaria implicações negativas sob a ótica da multifuncionalidade. Já na comunidade de Vargem Bonita, em S. J. do Cerrito (SC), observa-se uma combinação híbrida das opções técnico-produtivas ao lado da tendência à diversificação da atividade agrícola, ambas as características sendo favoráveis ao aparecimento da multifuncionalidade, porém, manifestando-se num contexto de agricultura fragilizada.

As opções das famílias rurais em termos de estratégias de reprodução econômica expressam as expectativas, quase sempre pessimistas, em relação ao futuro da sua atividade agrícola e à permanência no campo, ponto a ser abordado mais adiante. Porém, quando perguntados sobre os vários usos possíveis da terra e dos demais recursos naturais de que dispõem, os agricultores entrevistados conferiram prioridade ao uso agrícola da terra e grande parte não vislumbra alternativa além da agricultura. Houve frequentes menções ao turismo rural, com graus diferentes de importância e sem que os agricultores saibam ao certo o que desenvolver neste campo. Esse turismo pode adquirir vários significados e formas (turismo rural, agroturismo, turismo ecológico etc.) e oferece possibilidades bastante desiguais nas comunidades analisadas.

As observações anteriores sobre a função da agricultura de assegurar a reprodução socioeconômica das famílias rurais têm que ser, obrigatoriamente, complementadas com a menção ao acesso à terra, mais precisamente à propriedade da terra, fator de desigualdade social e referência obrigatória nas análises sobre o mundo rural no Brasil. Consta-se uma relação direta entre a intensidade da dedicação à agricultura pelos membros da família (e o corresponde peso econômico desta atividade) e a extensão de área das unidades familiares, relação bastante evidente nas comunidades localizadas em Bom Jesus-Uruçuí (PI), Paraty (RJ), Nova Friburgo (RJ) e S. J. do Cerrito (SC). Na fala dos próprios agricultores – comprovando o que se mencionou anteriormente – o preço dos produtos aparece como a principal dificuldade que enfrentam, mesmo nos casos em que o acesso à terra se faz pelo mecanismo da parceria. Contudo, é clara a importância da propriedade da terra e da disponibilidade de área tanto como condição para assegurar uma maior

estabilidade na reprodução das famílias, quanto para favorecer o desempenho de uma agricultura multifuncional.

Promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade

Considera-se a função da agricultura de promover a segurança alimentar nos dois sentidos usuais dessa noção, quais sejam, o da disponibilidade e acesso aos alimentos e o da qualidade dos mesmos. A referida "função" foi avaliada quanto ao acesso a alimentos suficientes e de qualidade pelas famílias rurais, bem como à contribuição das mesmas para o provimento da sociedade de produtos agroalimentares com os mesmos requisitos de suficiência e qualidade.

Adquiriu proeminência, na pesquisa de campo, a produção agroalimentar voltada para o autoconsumo, que se sobressai no contexto de crise da produção familiar mercantil e do desemprego urbano e rural. Em todos os casos analisados, o peso da produção para autoconsumo como garantia da segurança alimentar das famílias rurais viu-se ampliado em face da limitada renda monetária propiciada pelo componente mercantil da atividade de agrícola própria e também pelas demais atividades desempenhadas pelos membros da família. Obviamente, há diferença de grau entre as regiões que é importante ser tomada em conta. O principal caso de agricultura capitalizada abrangido pela pesquisa é o de Araras (SP), onde mesmo a produção para autoconsumo é substituída, em grande medida, pelo uso da terra para cultivos com fins comerciais e o alimento é comprado no mercado local, característica acentuada pelo contexto de monocultura.

Em virtude da conhecida dificuldade de mensurar o autoconsumo em termos do seu valor monetário, objeto de antigo debate entre os especialistas, optou-se pela avaliação feita pelos próprios entrevistados, complementada com a discriminação dos principais bens produzidos. É de se notar a disparidade dessas avaliações, agravada pela insuficiência das informações quantitativas coletadas, dificultando o aprofundamento da questão alimentar e impedindo o estabelecimento de termos de comparação entre as comunidades pesquisadas. Ainda assim, mesmo no caso de uma população que seria considerada majoritariamente pobre pelo critério de renda monetária, como na comunidade de S. J. do Cerrito (SC), somando a renda monetária declarada e a estimativa em valor do autoconsumo, quase nenhuma das famílias fica abaixo da linha de pobreza, mas a maioria vive em condições precárias.

As razões apresentadas pelos que declararam não estarem imunes ao risco da insuficiente disponibilidade de alimentos (insegurança alimentar) portam importantes significados. O maior número de agricultores que se declararam nesta condição verificou-se nas comunidades de Bom Jesus/Uruaú (PI), e as razões ligam-se, principalmente, às adversidades climáticas e à ocorrência de escassez de água. Fatores naturais e econômicos foram apresentados pelos agricultores da comunidade localizada em S. J. do Cerrito (SC), onde é possível observar o potencial conflito entre o tempo destinado para a produção de autoconsumo e para o trabalho externo à unidade familiar, lembrando que este último pode gerar renda suficiente para comprar os alimentos. Nas duas comunidades de N. Friburgo (RJ), por seu turno, um elevado percentual se diz não seguro contra a fome, alegando como motivos, entre outros, os preços pagos pelos seus produtos e a ação da fiscalização ambiental. Adiante será visto que, pelo relato dos agricultores entrevistados, a atuação dos órgãos de fiscalização chega a ter um efeito perverso ao estimular a pecuária em detrimento da agricultura, em áreas de preservação ambiental. Por último, chama a atenção a opinião, bastante difundida entre os entrevistados, de que a proteção contra a fome estaria assegurada pela "disposição para trabalhar".

Um aspecto bastante interessante diz respeito à opinião dos agricultores quanto à qualidade da alimentação da sua família (segurança alimentar no sentido de segurança dos alimentos). A maioria deles considera saudios os alimentos produzidos por eles próprios, independentemente do padrão alimentar em questão. Em alguns casos, a sanidade estava também associada ao fato de não usarem agrotóxicos nas roças cultivadas para autoconsumo. O aumento da participação dos bens comprados no mercado na alimentação das famílias significaria, portanto, perda na qualidade desta alimentação na opinião dos agricultores. Não se fez a verificação dos hábitos e práticas alimentares, procedimento necessário para analisar a segurança alimentar e nutricional das famílias rurais, enfoque mais abrangente e adequado às premissões correntes entre os profissionais desta área. O enfoque da multifuncionalidade estimula, ademais, o estudo das práticas alimentares e das representações sociais a elas relacionadas, no contexto das estratégias familiares, como um meio de apreender as percepções dos agricultores sobre a agricultura e o mundo rural.

Com relação à segunda dimensão atribuída à promoção da segurança alimentar referente ao provimento da sociedade, a maioria dos entrevistados reconhece que o principal papel da agricultura é o abastecimento alimentar da sociedade (segurança alimentar como disponibilidade em quantidade),

ainda que, individualmente, poucos reconheçam que conseguem cumprir com este papel devido à fragilidade das suas condições de produção e comercialização. Já o aspecto da qualidade dos alimentos produzidos (segurança dos alimentos), aparece, diretamente, nas iniciativas incipientes e localizadas na direção da agricultura orgânica e, indiretamente, nos projetos de agregação de valor aos produtos agrícolas, estes de ocorrência mais difundida no país.

Sobre o aporte do enfoque da multifuncionalidade para o tema da segurança alimentar, cabe ressaltar que esta última figura entre as várias funções atribuídas à agricultura, porém, incluída no campo dos bens públicos (junto com biodiversidade, paisagem natural e herança cultural, entre outros) e não apenas como bem privado, como é próprio dos enfoques centrados nos produtos. Já a importância atribuída ao autoconsumo na promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais ganha relevo como um dos elementos da adequação do enfoque da multifuncionalidade à realidade de elevada desigualdade social no Brasil.

Manutenção do tecido social e cultural

A contribuição da agricultura para a manutenção do tecido social e cultural decorre não apenas das considerações anteriores sobre o seu papel na reprodução socioeconômica das famílias rurais e para a segurança alimentar, mas também de outros fatores ligados à identidade social e às formas de sociabilidade das famílias e comunidades rurais. Estes fatores explicam o fato de os entrevistados continuarem a considerar a agricultura como sua atividade principal e a se denominar, majoritariamente, de “agricultores”, mesmo nos casos em que decresceu a participação da produção agrícola mercantil na reprodução da família. Entre os referidos fatores, cabe destacar a intenção de preservar, para fins fiscais e previdenciários, o enquadramento como agricultores, ao menos, para os atuais responsáveis e cônjuges e para os membros mais idosos da família, já que a trajetória seguida pelos jovens está marcada por outros fatores abordados mais adiante⁴.

Assim, pode-se afirmar que a agricultura continua sendo o principal fator definidor da identidade social das famílias rurais brasileiras e é nesta condição que se dá a inserção social destas famílias e que se definem, em grande medida, seus padrões de sociabilidade. A relação entre agricultura e identidade social, num quadro de redução da importância econômica da produção mercantil de alimentos, exige a valorização de aspectos não comumente considerados pelos analistas, tais como os modos de vida, as relações com a

natureza, as relações com parentes e vizinhos (sociabilidade) e a produção de alimentos para a própria família. É possível estabelecer, a propósito, uma conexão entre o enfoque da multifuncionalidade da agricultura e as interpretações que tomam a agricultura e o rural como um “modo de vida”, mais além da dimensão econômica da atividade agrícola⁵.

Analogamente, a atividade agrícola desempenhada pelas famílias rurais parece cumprir, na maioria dos casos analisados, um papel importante na manutenção das respectivas comunidades e, portanto, dos seus respectivos componentes sociais e culturais. Ambas as constatações validam a incorporação, no Brasil, de um enfoque que considere a permanência dos agricultores no campo como fundamental para a preservação de redes sociais e como condição de cidadania. Claro está que não se trata de uma permanência sob quaisquer condições, como se verifica com os “caboclos” de S. J. do Cerrito (SC) que, diferentemente de outras regiões de Santa Catarina, não migraram apesar das suas condições precárias.

Ademais, as diferentes manifestações da chamada agricultura familiar – categoria analítica que se torna excessivamente genérica no presente enfoque – e, portanto, da multifuncionalidade da agricultura resultam em significativa diversidade entre os casos estudados e também, internamente, a cada um deles. Os casos das duas comunidades rurais de N. Friburgo (RJ) são exemplares. Ali, encontra-se a forte presença da pluriatividade como estratégia de ampliação da renda monetária, porém, mantendo-se a identidade de agricultor num contexto de transformações provocadas pela expansão do turismo e pelo ideário ambientalista na organização da atividade econômica no campo e no olhar sobre ela. A crise, aparentemente, irrecuperável da produção agrícola, a ambigüidade das avaliações sobre a agricultura e as mudanças nos modos de vida juntam-se para explicar os sentimentos que justificam a permanência no campo.

Sob a ótica dos agricultores não há uma coincidência entre as expectativas, quase sempre pessimistas, em relação ao futuro da sua atividade agrícola e a intenção de permanecer no campo ou “no lugar”, um aparente paradoxo que se desfaz ao se diferenciar a relação dos entrevistados com o rural e com o agrícola. As manifestações de todos eles foram no sentido da valorização da vida no campo em relação à cidade, acompanhada do desejo majoritário de que os filhos saiam do campo, apoiando-os na busca de alternativa nas cidades próximas ou nos grandes centros urbanos, visando construir uma trajetória profissional fora da agricultura. Isto se deve à referida perspectiva pessimista quanto ao futuro da atividade agrícola, acrescida, em

Por fim, a função de preservação do patrimônio cultural é um tema ainda pouco tratado, requerendo uma investigação específica sobre o papel da agricultura, de fato, das famílias rurais num dado território — do “mundo rural” — na preservação ou recuperação da herança cultural nos planos familiar e comunitário. Registre-se, de todo modo, as menções frequentes dos entrevistados para o fim dos bailes e festas como principal manifestação de costumes em desaparecimento.

Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural

A preservação dos recursos naturais e da paisagem rural só pode ser avaliada, plenamente, quando se considera as relações entre a agricultura praticada pelas famílias rurais e o território em que elas se localizam. Não obstante, no tocante à preservação dos recursos naturais, as entrevistas com as famílias rurais revelam ser bastante generalizados os conflitos entre este objetivo e a prática da agricultura, no caso também por parte da chamada agricultura familiar. Tais conflitos dizem respeito ao uso sustentável dos recursos naturais e, principalmente, ao confronto muito frequente entre as práticas agrícolas e alguns aspectos da legislação ambiental vigente que são reforçados pela forma de atuação dos órgãos de fiscalização ambiental (Ibama).

Em relação ao uso sustentável dos recursos naturais, haveria que elaborar um enfoque de desenvolvimento rural sustentável adequado ao objetivo de promover a multifuncionalidade da agricultura familiar. Dois exemplos de situações opostas são a seguir considerados. Em alguns dos casos estudados, pode-se estabelecer uma correlação entre o maior uso de agrotóxicos pelos agricultores e o menor tempo de trabalho que dispõem para sua própria propriedade, em função da necessidade de o agricultor dedicar-se a outras atividades geradoras de renda. Ou seja, em princípio, uma dedicação mais intensa à agricultura, cumprindo com a função de gerar ocupação no campo ao remunerar melhor o agricultor, poderia resultar em menor uso de agrotóxicos. Outro caso diz respeito ao confronto com a legislação ambiental, pois a atuação fiscalizadora que visa a preservação ou recuperação de áreas de mata chega a gerar um comportamento, bastante frequente entre os agricultores, de evitar que uma área deixada em repouso venha a ser caracterizada como área de mata em regeneração. Isto é, a preocupação ambiental parece estar levando a um uso intenso desnecessário do solo.

Com relação à preservação ou recuperação da paisagem, trata-se de uma questão pouco ou quase nada tratada no Brasil. Por um lado, seria preciso ir além da consideração da paisagem natural, na direção de abordá-la

alguns casos, da menção à inexistência de serviços considerados necessários para uma existência digna no campo.

Embora não chegue a configurar um paradoxo, essa ambigüidade nas relações com o rural e com o agrícola acarreta consequências importantes relativas ao patrimônio familiar e à questão sucessória. Além disto, o envelhecimento dos responsáveis pelas unidades familiares, com a saída dos jovens, reforça a já referida retração da atividade agrícola que vem sendo, parcialmente, compensada pelas rendas da previdência rural. Parece haver, em vários casos, uma dissociação entre as condições de vida das famílias rurais, beneficiadas por políticas sociais e de infra-estrutura, e as condições de produção agrícola dependentes das condições objetivas dos agricultores, dos preços e das políticas públicas. Em algumas regiões, notadamente no Sul do país, há que incluir uma diferenciação com raízes étnicas e reconhece-se a repercussão em termos das estratégias de reprodução adotadas pelas famílias rurais, como no caso dos “caboclos” e “gringos” (italianos, alemães etc.). De fato, contraposições análogas são encontráveis em quase todas as partes, como a existente entre “gaúchos” e os “povos dos cerrados” piauienses, ou entre os “nascidos e criados” e os “de fora” em Paraty (RJ).

A trajetória observada dos jovens coloca um aparente “dilema” para o futuro das famílias rurais, pois o acesso à educação (escolaridade), visto pelos pais como um instrumento de ascensão social, termina por reforçar o movimento de saída dos jovens do campo. A propósito, chama a atenção o fato de a educação dos integrantes das famílias rurais aparecer como recurso para o êxito fora da agricultura, mas não na própria atividade. Na comunidade de S. J. do Cerrito (SC) a saída dos jovens raramente se deve ao motivo “estudar”, mas sim a razões de casamento e de trabalho. Já o retorno dos jovens é desejado por apenas 60% dos pais, conformados com a perspectiva oferecida pela agricultura.

É preciso diferenciar as razões pelas quais os jovens decidem sair do campo (motivos e destinação) e aquelas pelas quais eles decidem retornar (desejo de voltar e natureza do retorno). Para ambas as questões são insuficientes as manifestações dos responsáveis pelas unidades familiares, tornando-se imprescindível entrevistar, diretamente, os jovens. Analogamente, há algumas manifestações de diferenças entre homens e mulheres quanto ao projeto futuro da família, em que as mulheres demonstram maior apego à terra e menor pessimismo com relação às condições materiais de vida da família. Sem negar a validade generalizada da expectativa pessimista quanto ao futuro da atividade agrícola, valeria a pena investigar mais detidamente este fato.

como paisagem rural, de modo a incorporar os demais elementos que a compõem, como, por exemplo, as edificações e demais resultantes da ocupação social do espaço rural. De um modo geral, observa-se um menor grau de percepção no tocante à paisagem rural, talvez porque a idéia de paisagem rural esteja associada a uma imagem de natureza intocada⁶. No enfoque aqui sugerido, tratar-se-ia de identificar as contribuições (ou danos) da agricultura para a paisagem rural e o patrimônio natural.

Por outro lado, há que distinguir os olhares dos diferentes atores sociais sobre o que significa preservar a paisagem, especialmente no tocante às relações entre as atividades produtivas e a preservação da paisagem e do patrimônio, uma vez que o uso dos recursos naturais e a preservação da paisagem rural revelaram-se como sendo aspectos das condições de reprodução das famílias rurais, diferentemente do que se encontra nas visões que os colocam como questões acessórias. Cabe destacar alguns exemplos para ilustrar melhor este ponto. No caso dos agricultores familiares, eles mantêm uma relação própria com os recursos naturais, principalmente com as áreas de mata, ainda que possam haver diferenças pronunciadas entre eles a este respeito. Num dos casos estudados (S. J. do Cerrito), chega-se a falar numa relação "muito forte e personalizada" dos agricultores com a mata. Para muitos dos entrevistados, a agricultura não prejudica a natureza pois faz parte dela⁷. Já os "olhares externos" dos turistas englobam desde o turismo ecológico (sem produtores) até as formas de turismo rural que pressupõem a existência de agricultores desenvolvendo alguma atividade produtiva. No caso de Paraty (RJ), entre outros, é evidente a ascensão do preservacionismo sob influência da tendência em direção ao turismo. Já em Araras (SP), onde a presença dominante da monocultura suscitaria várias questões ligadas ao uso dos recursos naturais e ao aspecto paisagístico, não fica evidente que tais questões sejam demandas dos agricultores envolvidos.

A rigor, a consideração dos diferentes olhares dos atores sociais não se limita ao tema da preservação da paisagem, pois eles estão presentes em todos os aspectos compreendidos pela noção da multifuncionalidade da agricultura. Vale dizer que se está em presença de uma questão mais geral sobre quem demanda a multifuncionalidade da agricultura, comentada a seguir.

Observações finais

Para finalizar, vale retomar a pergunta principal da pesquisa sobre a aplicabilidade da noção de multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. Foram destacadas quatro manifestações das múltiplas fun-

ções da agricultura no Brasil, cuja promoção defronta-se, desde logo, com o fato de a reprodução econômica da maioria das famílias rurais, nas condições brasileiras, não guardar uma relação linear com a atividade agrícola propriamente dita, colocando desafios específicos para correlacionar esta atividade com as demais funções da agricultura que se pretende valorizar. Tal característica não implica descartar a promoção de uma agricultura familiar multifuncional, embora deixe evidentes os limites de enfoques como o da OECD (2001) que focalizam as múltiplas funções como subprodutos (externalidades) da atividade agrícola⁸. É preciso ir além, também, da mera confirmação de que a pluriatividade é parte da estratégia de muitas famílias rurais.

Para tornar as coisas mais complexas, a promoção de uma agricultura multifuncional no Brasil não se desvincularia do aumento da produção agroalimentar por razões de segurança alimentar (abastecimento interno e autoconsumo das próprias famílias rurais), como parte do combate à pobreza rural e, mesmo, relacionada às exportações. Em artigo anterior (Maluf, 2002b) com base nas categorias de Poirier (1999), fez-se menção às duas orientações que se articulam no atual contexto brasileiro. Uma delas é a de "produzir melhor" nos marcos de uma agricultura multifuncional, que corresponderia à perspectiva de agregar valor à matéria-prima agrícola pelos próprios agricultores familiares, porém, sem que o incremento da sua renda dependa do aumento proporcional na quantidade produzida de bens primários. A segunda refere-se ao requisito de "produzir mais" em face da desejável superação das atuais restrições de demanda (de acesso aos alimentos) derivadas do elevado grau de iniquidade que marca a sociedade brasileira. A perda relativa de peso econômico da produção agrícola mercantil das famílias rurais pode vir a ser contra-restada pelos impactos dos programas que estimulam a demanda interna por alimentos (recuperação do emprego e ampliação das transferências de renda previdenciárias e dos programas sociais). Na mesma direção, mas com menor amplitude, atuam as iniciativas voltadas para inserir este tipo de agricultura no fluxo exportador do país.

Assim, no plano normativo, o enfoque da multifuncionalidade valoriza a produção de alimentos, e também de outros bens, sob formas que contemplem várias "funções" (equidade social, diversidade cultural, sustentabilidade etc.). Esta é uma proposição habitual no Brasil, neste enfoque implicando consequências não triviais em termos dos instrumentos para promovê-la e do tratamento a ser dado aos que "não se enquadram na norma". Já no plano conceitual, o enfoque faz emergir a questão da caracterização do "agricultor profissional", particularmente quanto às fontes da sua legitimação social cada vez mais dependente do exercício de vários papéis

que não apenas o de produtor. A propósito, muitas das carências na institucionalização do estatuto profissional do agricultor são fontes elementares de injustiça social no campo.

Não menos importante, a noção de multifuncionalidade da agricultura permite uma abordagem articuladora entre a agricultura e o desenvolvimento local, ao estabelecer uma ponte entre a atividade agrícola e o território e também ao realçar seu papel na manutenção do emprego nas zonas rurais. A experiência europeia mostra que a crise econômica tornou os territórios locais verdadeiros espaços de regulação que conduzem à regulamentação das mudanças através da legislação e de acordos entre os diferentes atores sociais. O Brasil tem caminhado nesta mesma direção, inclusive e principalmente nas proposições relativas às políticas de desenvolvimento rural. Os elevados níveis de pobreza rural no Brasil, além de fatores como o acesso à terra e o nível da renda monetária auferida com a atividade agrícola própria, envolvem outros componentes que permitem relacionar o enfoque da multifuncionalidade da agricultura com o objetivo, obrigatório no Brasil, da erradicação da pobreza. A criação de condições para a permanência da população no campo representa, por si só, o desempenho de uma função com importante repercussão social.

A heterogeneidade e a desigualdade social do mundo rural brasileiro devem-se, entre outros, a importantes restrições no acesso à terra, com repercussão no acesso aos recursos produtivos em geral e no padrão de uso dos recursos naturais. Contudo, em lugar de pré-requisito, as políticas voltadas para questões como a reforma agrária, a regularização fundiária, as leis de arrendamento e os procedimentos sucessórios podem ser formuladas com a perspectiva de explorar suas contribuições para o desenvolvimento de uma agricultura multifuncional. O redesenho dos respectivos instrumentos de apoio e de intervenção define uma estratégia de desenvolvimento cujo êxito estará intrinsecamente ligado às capacidades inovadoras desencadeadas por esses processos.

Por último, cabe uma breve observação sobre uma questão inerente ao enfoque da multifuncionalidade e que perpassou todo o texto. Refere-se à demanda pela multifuncionalidade da agricultura, isto é, a intenção de apoiar (ou promover) as múltiplas “funções” da agricultura que se expressam (ou não) através de características de determinados tipos ou situações de agricultura familiar. As demandas por estas funções têm diversas origens sociais, incluindo os próprios agricultores, e distintas formulações quanto ao significado de cada uma e ao grau de articulação entre elas, não raro

envolvendo conflitos. Ocorre, também, o não-reconhecimento social de “funções” tidas como relevantes, por exemplo, por analistas. Algumas das demandas foram abordadas no artigo, tendo como referência as quatro funções destacadas⁹. Colocada nestes termos, a análise das demandas da multifuncionalidade da agricultura, de um lado, remete às perspectivas dos atores sociais a respeito e aos espaços sociais em que aquelas demandas se manifestam e são legitimadas, em particular no âmbito dos territórios. De outro lado, ela introduz a questão do financiamento da multifuncionalidade e seus dois instrumentos principais, a saber, os mecanismos de mercado e a transferência de recursos orçamentários (Maluf, 2002), questão tratada no âmbito da sociedade e das políticas públicas. Estes são alguns dos temas para novas investigações, incorporando esses dois níveis analíticos – o território e a sociedade. Eles são importantes para explorar, nos termos de Losch (2002), a possibilidade da perspectiva multifuncional produzir inovações nas políticas públicas e estratégias de desenvolvimento sustentável, não se limitando ao pagamento de amenidades restritas aos países ricos.

Notas

¹ Cabe esclarecer que a utilização das contribuições dos integrantes da equipe da pesquisa não os compromete com as interpretações contidas no artigo.

² Sobre o marco conceitual, os níveis de análise e outras definições metodológicas, ver Maluf (2002a).

³ Adiante será vista a articulação da noção de multifuncionalidade da agricultura com a elaboração ou redefinição de identidades sociais em territórios, incrementando a comunicação entre universos culturais, sociais e econômicos distintos que tornam mais tênues as fronteiras da ruralidade.

⁴ Merece nota uma situação extrema, neste sentido, encontrada em Paraty (RJ) onde, num contexto de conflito fundiário, há vários casos nos quais se pratica uma “agricultura de fachada” com a finalidade de justificar a condição de assentado rural frente ao Incra.

⁵ Modelo europeu. Observa-se, aqui, um ponto de contraste com a realidade europeia.

⁶ Esta observação deve-se à Maria José Carneiro.

⁷ Pode-se, mesmo, identificar uma disputa simbólica dos significados atribuídos por camponeses e pela ciência para a natureza, na classificação de certas práticas como agressivas ou não etc.

⁸ Mais grave, esse enfoque separa as funções e as avalia segundo um modelo cuja

solução é uma agricultura não multifuncional especializada em um dos "outros produtos" (Barthélemy et Niedo, 2003).

⁹ Essas questões permitiriam estabelecer interessantes contrastes com os países europeus, mas que ultrapassam os limites deste artigo.

OS CONTRATOS TERRITORIAIS DE ESTABELECIMENTO OU A CONVERSÃO INACABADA

Jacques Rémy

Preâmbulo

*Retomaremos aqui alguns elementos de uma comunicação apresentada diante da Academia de Agricultura, no contexto de um debate organizado por Hélène Delorme e Jean-Marc Boussard, tratando da "ambigüidade e riqueza da multifuncionalidade". Esta sessão da Academia foi realizada no dia 6 de novembro de 2002, ou seja, em um momento no qual cada um sabia que os contratos territoriais de estabelecimento (CTE) estavam condenados pelo novo governo, mas sem ter certeza sequer da denominação de seus sucessores, os contratos de agricultura sustentável (CAD)⁹, e ainda menos das modalidades de sua operacionalização, *sem pre por vir. Algumas precisões, sob a forma de observações apresentadas em itálico, foram incorporadas conservando o original da exposição, com pequenas correções de forma*².*

Apresentaremos um dispositivo original de construção da demanda social (e de oferta profissional) em matéria agroambiental. Nesta perspectiva, será preciso antes voltar à elaboração da recente Lei de Orientação Agrícola de 1999 e de seu principal instrumento, os CTE. Descreveremos, a seguir, rapidamente, o complexo mecanismo destes contratos que não cessaram de ser simplificados, de um governo a outro. Depois nos empenharemos em expor o modo como os diversos atores se encontram, se defrontam e elaboram compromissos que são traduzidos em novas normas ou referências que os agricultores contratantes adotam, em troca de remunerações compensatórias. Enfim, nos propomos a trazer algumas indicações sobre os pontos de convergência mais frequentes da oferta e da demanda, bem como a examinar sua coerência antes de concluir sobre o futuro previsível da política de contratualização na agricultura e sobre as formas que ela poderia tomar.